

Conclusão

Marina de Oliveira Soares

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOARES, M. O. Conclusão. In: *O harém ao rés do chão: imaginário europeu e representações médicas sobre o lugar-segredo*, 1599-1791 [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, pp. 475-483. ISBN 978-85-68576-81-6. <https://doi.org/10.7476/9788568576816.0008>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Conclusão

O que o orientalista britânico Norman Mosley Penzer escreveu na década de 1930 sobre o harém parecia uma obviedade para a sua geração: “desde a primeira infância ouvimos falar do *harém* turco, e dizem-nos que é um lugar onde centenas de encantadoras mulheres são mantidas trancadas apenas para o prazer de um único senhor” (1952, p. 13). A tal cenário poderiam se acrescentar, ainda, uma atmosfera de perfume, fontes de água ou música. Estes itens acessórios serviam apenas para reforçar a imagem principal vinculada ao harém, qual seja, a de um extenso grupo de jovens mulheres ávidas por satisfazer os desejos sexuais de seu senhor.

Quando confrontamos as representações de Penzer – entendidas por ele como “falsas ideias” – com as narrativas lidas neste livro, fica evidente o seu descompasso. Passados exatos cento e noventa e dois anos entre o início da viagem de Thomas Dallam para o Império Otomano e a publicação da primeira edição do livro de William Lempriere, o interesse pelo tema do harém não cresceu notoriamente. Os autores de viagem poderiam ou não inseri-lo em suas narrativas, e, mesmo quando isso ocorria, não significa que os viajantes o tratassem sexualmente. Diante

disso, volto ao problema essencial colocado inicialmente: os relatos de viagem do período moderno europeu contribuíram para fomentar um imaginário de excesso sexual sobre o harém islâmico? A partir de toda a discussão esboçada até aqui, pode-se responder tal questão com certa segurança.

A lascívia – como uma característica das sociedades islâmicas – sempre esteve presente nas penas dos viajantes europeus, e se considerarmos a afirmação de Thierry Hentsch sobre a semelhança entre as narrativas de viagem – como assinalado na introdução –, ficará evidente que esse item era um tópos de tal literatura. O tema do harém, de outra forma, variou nestes registros. Enquanto alguns autores o relacionavam à sexualidade – como fez Michel Baudier –, outros desfaziam equívocos – como Jean Chardin e Mary Montagu –, ou mesmo não citavam o tema, por desconhecimento ou falta de interesse, como se pode notar em William Biddulph, Henry Blount ou Henry de Beauvau. Como afirmou Mohja Kahf, o véu e o harém não estavam presentes nas “representações medievais sobre as mulheres muçulmanas” e são escassos no Renascimento (1999, p. 6).

Os relatos de viagem nos indicam que o harém era já um tópico conhecido dos europeus na modernidade, mas a crença na sexualidade exagerada das sociedades islâmicas precedia este tema. Diante disso, as descrições sexuais sobre os povos muçulmanos eram um instrumento corrente e frequentemente utilizado pelos viajantes. Não há dúvida, portanto, de que nas mentes europeias os muçulmanos figuravam como lascivos. Ou, para dizer melhor, no imaginário europeu em voga neste período e partilhado

por certo grupo – que não se poderá precisar –, as regiões islâmicas eram notoriamente sexuais. Tratava-se de uma premissa e, como tal, era evocada também pelos viajantes.

O harém, por ter o seu acesso restrito aos personagens externos e ser, por conseguinte, amplamente desconhecido dos estrangeiros, era situado neste terreno sexual, mais como uma peça a compor o quadro do que propriamente como o seu elemento principal. Isso ficou evidente à medida que fomos mergulhando nos registros de viagem, pois neles nem a ampla utilização e homogeneidade em torno do conceito de *Oriente* nem o fascínio erótico dos viajantes figuravam como assuntos inquestionáveis. Isso significa que, entre tais autores, a sexualidade exagerada dos muçulmanos mostrava-se patente – manifestada em relações heterossexuais e também homossexuais –, mas o harém nem sempre era tomado como o palco mais importante de tal luxúria, visto que os encontros sexuais entre as mulheres e o seu senhor estavam longe de ser os mais enfatizados.

Se os viajantes não se revelaram amplamente interessados em construir ou disseminar uma imagem erótica sobre o harém, o mesmo não se sustenta em relação aos percursos das representações engendradas por eles. A atração pelas sociedades islâmicas – a otomana em particular – e a caracterização concupiscente derivada daí se mostraram mais enfáticas no século XVIII do que no século precedente. O despertar do público europeu pelos temas islâmicos foi estimulado, seguramente, pela publicação do “Livro das Mil e Uma Noites”, traduzido pelo francês Antoine Galland, como já se fez notar. Contudo, não se deve buscar em tal tradução o estímulo das

descrições sexuais sobre os muçulmanos, uma vez que a obra de Galland foi adaptada ao decoro da época, já que “certas passagens foram ignoradas com a desculpa de que eram muito obscenas ou muito rudes para o gosto dos leitores” (BRULOTTE; PHILLIPS, 2006, p. 1300).

A combinação crescente entre a produção dos viajantes e a aquela advinda de dramaturgos, pintores, escritores de ficção consolidava determinadas características sobre o harém islâmico. Trata-se mesmo de uma época de construção de significados sobre o harém. Assim, o retrato sexual deste espaço emergia como um de seus elementos representativos e era associado de maneira recorrente à trama política desenrolada nos palácios do Levante. Sobre isso, deve-se mencionar o enredo da peça teatral “Bajazet”, de Racine, e do romance “Roxana”, do inglês Daniel Defoe – obras citadas no Capítulo 3 –, além do livro “Cartas Persas”, de Montesquieu. Se essas produções possuem algo em comum é a forma *inventiva* como apresentavam o Levante. É certo que o uso da imaginação era uma possibilidade estética, já que tais produções consistiam em textos ficcionais. Contudo, a fantasia esboçada nessas obras não era diversificada: a sexualidade imoderada era sempre um recurso possível.

O fato de não conhecerem pessoalmente as várias regiões islâmicas poderia explicar esta tendência em encarar a sexualidade como exageradamente presente entre estes povos. O produto da experiência de viagem, entretanto, estava longe de se resumir em uma apreensão imparcial dos vários âmbitos da vida de um grupo estrangeiro, como já se afirmou neste texto. Diante disso, e para além do valor prático que a evocação do harém poderia assumir, há

que se considerar o próprio fenômeno do fascínio erótico que ganhava espaço nas sociedades europeias, alimentado, em boa medida, pela fluidez entre “fato e ficção” como justificou Penzer ao relatar as concepções equívocas sobre o harém (1952, p. 13).

Essa tenuidade entre as fronteiras real e imaginária no tocante às imagens sobre o harém pôde ser notada já no momento de elaboração das narrativas analisadas nos dois capítulos iniciais deste livro. Mas, quando comparamos as narrativas de viagem com os romances ou com as peças de teatro da mesma época, fica notória a diferença entre representações valorativas sobre o Levante e representações imaginativas sobre o *Oriente*. Nas primeiras, ainda que houvesse severas reprovações do autor em relação ao modo de vida dos muçulmanos – com a ulterior “classificação” da civilização europeia acima da civilização árabe, turca ou persa –, as observações estavam calcadas em um terreno possível e verificável. Já nestas, o exame das observações era improvável, fosse porque inexistia a experiência empírica, fosse porque o autor estava convencido de que as imagens veiculadas por ele retratavam o *Oriente*. Nesse último caso, há que se ressaltar ainda que, mesmo desconfiando das imagens, o autor poderia disseminá-las, porque assim esperava o seu público.

Nesse sentido, se os autores das narrativas de viagem – com todos os problemas de construção teórica que se lhes apresentavam – buscavam exibir uma imagem “verdadeira” sobre as sociedades islâmicas, os escritores que se afastavam da própria experiência para descrever o Levante não se obrigavam a tanto. O que se verifica a partir daí é que enquanto T.S. pretendia adornar as suas observações

com as mais “prazerosas aventuras”, outros viajantes procuravam comprovar o quão verdadeira era a sua narrativa, utilizando, inclusive, a justificativa de que o relato se aproximava do domínio da História, como fez Volney.

A tensão entre o *real* e o *imaginado* sempre existiu, o que não equivale a afirmar que o imaginário sexual sobre o harém tenha nascido com a criação deste lugar. Nos viajantes, as representações sexuais apareceram lado a lado com as suas negações e também com o seu silêncio sobre o tema. Aqui, deve-se destacar a diferença essencial entre o universo das representações e aquele do imaginário constituído e amplamente compartilhado: as representações são apenas fios que tecem a fabricação do imaginário. Para falar em termos de narrativas de viagem, há que se ponderar que elas são somente uma das matérias-primas necessárias para a consolidação do imaginário, não se configurando, portanto, como as únicas responsáveis pela tessitura imaginária.

Em virtude da proximidade dos viajantes com as sociedades que eram tema de seu livro, esperava-se que esses relatos exibissem – em termos de relações comuns – os valores, as posições, as percepções correntes sobre os povos estrangeiros. Dado o caráter pouco ou nada célebre de boa parte destes autores, é certo que esses fatores se constituíram como um dos pilares de tais obras. Mas, como defendi em outros momentos deste texto, nenhum autor estava imune ao que ocorria na sua própria sociedade, no seu próprio tempo. Desse modo, o interesse pelo conhecimento apreendido desses relatos entrava em conflito, permanentemente, com o cenário social em que vivia o autor e a partir do qual ele escrevia.

Isso leva a crer que – a cada vez que determinado viajante-autor assinalava a importância do harém dentro de seu texto ou inseria modificações sobre esse tema em seguidas reimpressões – confirmava-se o seguinte fato: tal novidade poderia despertar o interesse do leitor. Isso era necessário para provar o conhecimento do autor sobre o harém e para indicar a seu público que uma nova janela sobre esse espaço era aberta. Contudo, se houve viajante que apostava no ineditismo da sua experiência no harém – como fizera o médico William Lempriere –, houve quem desbravasse outros territórios, clamando por uma nova “Cruzada” ou destacando o próprio fato de ser uma mulher.

Como já nos falava Paul Ricoeur, “um texto é um todo, uma totalidade” ([s. d.], p. 201), e por essa razão o tema do harém nas narrativas de viagem não pode ser desvinculado de todos os outros assuntos que compunham determinado livro. Se para os europeus da modernidade o espaço do harém fosse – como o era para a geração de Penzer – relacionado essencialmente às mulheres, os tópicos dedicados a descrever as esposas e as concubinas do governante deveriam prevalecer sobre os outros temas. Mas vimos extensamente que isso não ocorria. O harém, quando mencionado, era uma parte do texto, que contava com uma sucessão de outros assuntos.

Se havia, por um lado, a crença nas práticas sexuais excessivas e, portanto, viciosas dos povos do Levante, não era patente, de outro modo, uma conceituação uniforme sobre as várias regiões islâmicas. Isso significa que, a partir da leitura dos viajantes do começo do período moderno até o século XVIII, não se encontrará uma maneira

única de retratar os países islâmicos, tampouco uma definição precisa sobre o “Oriente”, termo, inclusive, raro nas narrativas destes autores. Isso indica que qualquer leitura sobre um “Orientalismo” monolítico sobre este período é inadequada.

A ausência de um *Oriente* rigorosamente delimitado nos textos europeus deste momento era consequência da complexidade de relações estabelecidas entre os personagens europeus e aqueles que viviam na África, no Império Otomano e na Pérsia. Uma história da interação entre estes povos – mais do que da oposição e confronto entre eles – já foi assinalada neste livro, porém, merece ser destacada. O contínuo trânsito de pessoas por terra e por mar em viagem por essas regiões era, seguramente, um fator responsável por uma convivência corriqueira entre pessoas de origens étnicas e religiosas distintas.

Entre o começo da modernidade europeia e os fins do século XVIII, o “Orientalismo” – para usar o termo disseminado por Edward Said – se caracterizava pelo interesse erudito, mas não pelo discurso imperialista. A crença na superioridade europeia disputava espaço com a admiração pelas sociedades islâmicas, e justamente por isso será possível encontrar na narrativa de um mesmo viajante a afirmação sobre o atraso econômico de certa região estrangeira, assim como o depoimento sobre a identificação sentida com determinado povo. Os relatos de viagem eram, sobretudo, circulares, alternando entre a reprovação e os elogios.

Diante disso, é necessário cautela com as generalizações. Não havia um discurso *único* sobre o harém entre os europeus na modernidade. Havia formas de se definir esse

espaço que geraram, por sua vez, ideias mais sobressalentes a seu respeito. A sexualização desse lugar não era um elemento obrigatório nos viajantes, assim como uma suposta exaltação dos mistérios que o cercavam. Essas imagens, entretanto, passaram a ser exploradas em outros autores e a partir das informações cruzadas disseminaram-se certamente por meio da cultura oral. Portanto, o “culto do harém”, que Reina Lewis insere nas fantasias do discurso orientalista (1996, p. 111), precisará ser pensado em termos espacial e temporal, com o risco de se incorrer em imprecisões ou conclusões que não condizem com as fontes empíricas.

Por fim, não se deve jamais desconsiderar a capacidade intelectual do público leitor nem o seu desejo em consumir fantasias. A desconfiança em torno da veracidade das obras de viagem abriu caminho não apenas para que os autores defendessem com recorrência o “mundo real” tratado em suas narrativas, mas também gerou a publicação crescente de textos sobre o “mundo utópico”. As “viagens imaginárias” não devem ser confundidas com “viagens mentirosas”, como alega Percy Adams, afinal, aquelas se consagraram como gênero literário popular no século XVIII e eram entendidas como tal por seus leitores (1962, p. 2). Na fronteira nebulosa formada entre o que se diz e o que se pensa, entre os mundos abertos pelo autor e aqueles vislumbrados pelo leitor, a única certeza é que a literatura é constantemente apropriada e interpretada.